



## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

### 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO ANO DE 2023

#### CONVOCAÇÃO

A Coordenação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás, no uso das atribuições regimentais que lhe é conferida, convoca para a **1ª Reunião Ordinária, de forma presencial, no dia 01 de março de 2023, às 14:00 horas**, no auditório da Escola de Saúde Pública, sito à Rua 26 nº 521 – Jardim Santo Antônio, nesta capital

#### **PARTICIPANTES DO PLENÁRIO DA BIPARTITE:**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:** Sérgio Alberto Cunha Vêncio – Secretário de Estado da Saúde; Anamaria Arruda – Subsecretária de Saúde; Luciano Moura Carvalho – Superintendente do Complexo Regulador em Saúde; Flúvia Pereira da Silva Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde; Paula Pereira Santos – Superintendência de Política de Atenção Integral à Saúde; Pedro de Aquino Moraes Júnior – Superintendente de Gestão dos Contratos e Convênios.

**COSEMS:** Verônica Savatin Wottrich – SMS/Senador Canedo e Presidente do COSEMS; Andreia Abbes – SMS/São João D’Aliança; Lidiane Martins – Divinópolis de Goiás; Sônia Maria Faustino – Gameleira de Goiás; Maria Angélica – Vianópolis de Goiás; Jordânia Fernandes – Minaçu; Gustavo Rodrigues – Lagoa Santa de Goiás.

A participação das Superintendências da SES/GO, COSEMS e assessores presentes na reunião foi registrada eletronicamente via *QR Code* e para os participantes on-line foi disponibilizado um link no chat para todos preencherem. Toda a frequência encontra-se arquivada na Secretaria-Executiva da CIB.

#### **1 – ABERTURA DOS TRABALHOS**

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO,** cumprimentou a todos falando que era primeira reunião da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2023. Disse que o Dr. Sérgio, Secretário de Estado da Saúde, já estava na sala e que passou a palavra para ele.

**Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário de Estado da Saúde,** inciou dizendo que não estava presencialmente por estar com problema de saúde, mas acompanharia a reunião e deu as boas vindas a todos.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO,** estimou melhoras ao Secretário, e falou que iniciaria a discussão dos pontos de pauta.

#### **2 – APROVAÇÃO DA ATA:**

##### **2.1 – da Reunião Ordinária da CIB do dia 06 de dezembro 2022;**



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.2 – da 5ª Reunião Extraordinária de 14 de dezembro de 2022;

2.3 – da 6ª Reunião Extraordinária de 28 de dezembro de 2022;

2.4 – da 1ª Reunião Extraordinária de 07 de fevereiro de 2023.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que receberam as Atas por e-mail, perguntando se havia algum questionamento, caso contrário passava para aprovação.

**Dra. Anamaria Arruda – Subsecretária da SES**, disse que por parte da SES estavam aprovadas.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que por parte do COSEMS também estavam aprovadas.

### 3 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

#### 3.1 – Projeto de cirurgias eletivas. (SCRS/SES-GO)

**Dr. Luciano Moura – Superintendente do Complexo Regulador/SES**, falou que o projeto de cirurgias eletivas foi bem discutido no GT. Reforçou que foi disponibilizado no e-mail de cada Secretaria, o link com acesso ao sistema para organização da fila de cirurgias eletivas. Disse que esse link foi disponibilizado para que pudessem atender os requisitos da Portaria nº 90, de 06 de fevereiro de 2023, que trata do Programa Nacional de Redução de Filas de Cirurgias Eletivas. Que disponibilizaram esse link para os 246 Municípios junto com uma senha de acesso para que cada um inserisse suas filas, e aqueles que possuem filas maiores também disponibilizarem um arquivo como importadas. Que estão fazendo uma discussão especificadamente e gostariam que os municípios que tenham filas maiores, entrassem em contato com eles para que essas sejam importadas. Que no e-mail enviaram o contato e telefone para tirarem dúvidas, e a proposta é que no final de semana tenham a fila única e possam convocar uma extraordinária para que possam fazer a divisão e pactuação dos recursos, que foi alocado ao Estado de Goiás. Disse que a proposta é que tenham a fila unificada, higienizada para que possam fazer a divisão dos recursos. Pontuou que é importante que todos os municípios insiram os pacientes na fila de cirurgia eletiva, considerando que o Estado vem com a proposta de cofinanciamento, para que os municípios participem desse cofinanciamento, é preciso que paciente esteja inserido na fila única. Disse que MS já sinalizou que essa é uma primeira etapa do projeto, então se o Estado de Goiás sair na frente, conseguir de fato executar a fila de cirurgia eletiva, terá a possibilidade de garantir e tentar buscar mais recursos junto ao MS. Que a partir da fila vão definir as prioridades, até porque o recurso é finito e precisam definir quais são as prioridades e vão dividir as filas de acordo com as situações intermunicipais e regionais. Colocou que caso algum município não tenha recebido, que entre em contato com a SES para que possam fazer o reenvio.

**Dr. Sérgio Vencio – Secretário de Estado da Saúde**, disse que é importante unificar a fila, porque com isso conseguirão sanar o problema. Agradeceu ao COSEMS por terem abraçado essa ideia, porque sem a organização dos Municípios não conseguirão fazer, e realmente, a participação tem sido bem importante neste aspecto.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, alertou sobre a importância de tomarem cuidado para quem passarão o link de informação. Que o link foi encaminhado para um único e-mail, que é o do Gestor, e o Gestor deve delegar a função para uma pessoa específica. Pontuou que tanto a SES, quanto o COSEMS, estão sendo assediados por



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

representantes para que possam ter acesso aos links, o que não pode acontecer. Disse que devem cuidar com quem será compartilhado esse link de informação, porque é bem sensível e algo que possibilita organizar o processo. Falou que caso o MS prorrogue o prazo passarão a informação, mas até aquele momento manteria o prazo de sexta-feira dia 03/03/2023.

### 3.2 – Apresentação da Análise de Saúde das ISTs em Goiás. (Gerência de Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis – SUVISA).

**Dra. Cláudia Gouveia – GVE/SUVISA/SES**, disse que faria a apresentação da situação dos dados das IST's do ano de 2022. Que no ano de 2022, teve 7.745 casos de sífilis adquiridas, 2.646 casos de sífilis em gestante, 657 de casos de sífilis congênita, 134 casos de gestantes diagnosticadas com HIV, 04 crianças diagnosticadas com AIDS, 2 óbitos em menores de 13 anos de idade e 548 casos novos de HIV em adultos. Mostrou uma tabela com uma série histórica com a taxa de detecção de sífilis adquirida, de gestante; de incidência de sífilis congênita e as taxas de HIV, AIDS e HIV em gestante, além das taxas de HIV em crianças. Pontuou que estão fazendo no Estado de Goiás, um projeto “Sífilis Não” que é um projeto nacional para as Secretarias de Saúde e os Municípios. Falou que no ano de 2022, foi pactuado em CIB a distribuição de ambientes tecnológicos para 10 municípios prioritários que subsidiaram as notificações da oportunidade das notificações desses agravos. Então, foram municípios que tiveram pactuação em CIB e já estão recebendo os equipamentos. Falou dos municípios que recebem certificação de eliminação da transmissão Vertical da Sífilis e/ou HIV. Disse que o MS sinalizou que os municípios com mais de 100 mil habitantes que cumpriram os critérios pertinentes podem solicitar a referida certificação. Que farão um Workshop para os municípios elegíveis em relação ao levantamento de dados, indicadores de processo e impacto de eliminação da transmissão vertical e elaboração de relatório a ser enviado ao MS, para apoiar os municípios e fortalecer as suas redes e melhorar o controle das IST's.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, agradeceu, e disse que a metade dos dados apresentados estão em Senador Canedo que é o seu município, e esses números lhe causam muita aflição. Exemplificou que umas das principais questões que identificaram é a falha na Atenção Primária, pois muitas gestantes não estão realizando o pré natal.

**Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES**, disse que quando verifica esse número alto de crianças com HIV é preocupante, pois passaram vários anos sem notificar crianças com HIV. Que precisam rever essas linhas de atenção, principalmente da Atenção Primária, pois perderam muito nos últimos anos, e isso é inaceitável, criança nascer com HIV e sífilis, uma vez que tem diagnóstico e tratamento disponíveis. Precisam rever as ações para zerar casos de crianças com HIV e sífilis no Estado.

### 3.3 – Relatório Anual do SISÁGUA 2022. (Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador – SUVISA)

**Dra. Edna Coven – Gerente de Saúde Ambiental e Vigilância do Trabalhador/SUVISA/SES**, disse que no ano de 2022 a cada 4 meses apresentaram o relatório do controle da qualidade da água nos Municípios do Estado e naquele momento era o relatório anual.

**Dr. Magno Pereira – Coordenação em Vigilância em Saúde Ambiental**, iniciou a apresentação falando que trabalha com VIGIÁGUA que é o programa de qualidade da água para consumo humano e uma das ferramentas que esse programa tem é o sistema SISÁGUA, que é o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano. Disse que uma das questões que tem que ser rotineira é a orientação aos municípios para que alimentem o sistema de forma correta. Que no ano



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

de 2022, foram realizados 10 cursos no período de março a agosto de 2022 e participaram 495 pessoas do curso, no período de março a agosto/2022, totalizando o número de 495 participantes. Mostrou um gráfico com o total de amostras de turbidez, cloro residual livre e coliformes totais por ano – 2021/2022, e as porcentagens de análises conforme o Plano de Amostragem por ano de 2021/2022. Isso porque o MS determina em torno de 70% das amostras no mínimo em conformidade e lançadas no sistema para verificar se os Municípios estão alcançando os parâmetros. Lembrando que os parâmetros cloro residual e turbidez é análise de campo. Então é o município que faz. Mostrou outro gráfico com o “Número de amostras E.coli por ano – 2021/2022” demonstrando que houve um aumento de 18,07% no número de amostras com ausência de Coliformes totais/E.coli (verde) e um aumento de aproximadamente 30% no número de amostras com presença de Coliformes totais/E.coli (vermelho). Espera que no ano de 2023 diminua o número de casos com os esforços que estão sendo feitos nos Municípios. Apresentou outro gráfico com o “Número de Amostras Satisfatórias/Insatisfatórias para o ano – 2021/2022” com os parâmetros de cloro residual livre insatisfatórias (azul), turbidez insatisfatórias (vermelho), turbidez satisfatórias (amarelo) e cloro residual livre satisfatórias (verde), onde os dois primeiros parâmetros permaneceram praticamente iguais nos dois anos e os dois últimos houve um aumento interessante de 2021 para 2022. Apresentou duas tabelas, a primeira (cinza) com o “Número de Municípios com menos de 70% de amostras realizadas em 2022 – Coliformes/E.coli.” em 16 Regões e o número de Municípios de cada uma delas que não alcançaram os 70% perfazendo um total de 41 Municípios, precisando então fortalecer e reforçar a ajuda a estes. A outra tabela (verde) tem o “Número de municípios sem amostras realizadas em 2022 – Coliformes/E.coli.” em 6 Regiões e 12 municípios que não fizeram ou não inseriram os dados no SISÁGUA. Ressaltou que a palavra “realizada” não significa, também, que o município inseriu o dado no sistema, pode ter até realizado a análise, feito a amostragem, mas não inseriu no sistema vez que todos estes dados apresentados nos gráficos e tabelas saem do sistema. Assim, se o Município não faz a validação da amostra no sistema não vai para o registro. Espera que no ano de 2023 diminua o número de casos com os esforços que estão sendo feitos nos Municípios.

### 3.4 – Projeto Saúde do Trabalhador em Frigoríficos - Resultados de 2022. (Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador – SUVISA)

**Dra. Edna Coven – GVAST/SUVISA/SES**, explicou que o projeto Saúde do Trabalhador em Frigoríficos já existia na Gerência antes da pandemia. Com a pandemia, os dois ambientes de trabalho com maior número de trabalhadores contaminados foram: em primeiro lugar os serviços de saúde, e em segundo os frigoríficos. Desta forma passou-se a intensificar o trabalho, a atuação no ambiente de trabalho dos frigoríficos, alcançando no ano de 2022 os resultados que serão apresentados.

**Dra. Andréia Soares – Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador/GVAST/SUVISA/SES**, apresentou-se como fiscal de Vigilância Sanitária na SUVISA e responsável pelo projeto “Vigilância em Saúde do Trabalhador nos Frigoríficos, no Estado de Goiás”. Comentou as fotos apresentadas: um trabalhador em trabalho nas alturas só pegou o cinto de segurança depois que viu a equipe de fiscalização; trabalhadores sem utilização dos EPI’s em contato direto com vísceras e trabalhadores do serviço de limpeza sem utilização de luvas. Conforme a Análise de Situação de Saúde realizado em frigoríficos ficou demonstrado que este ramo produtivo precisava de uma atuação da Coordenação. Relatou que investigou em seu curso de especialização da Universidade Federal de Goiás acidentes de trabalho em frigorífico, analisando os dados do INSS de 2006 até 2017, sendo que acidente de trabalho contempla as doenças relacionadas ao trabalho e acidente típico de trajeto. Verificou que a Região Centro-Oeste ocupa a 3ª posição em números de



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

acidentes de trabalho em frigoríficos e quando se trata de acidentes de trabalho em frigoríficos bovinos a Região Centro-Oeste lidera e o Estado de Goiás fica numa posição bem significativa. Descreveu alguns dos fatores de risco presentes nos frigoríficos: repetitividade; ambiente frio e em alguns ambientes muito calor. Disse que a cobrança excessiva pela produção gera todos os agravos em saúde do trabalhador: lesão por esforço repetitivo - LER/DORT; dermatose ocupacional; acidente de trabalho grave; perda auditiva induzida por ruído - PAIR; transtorno mental relacionado ao trabalho e, no momento da pandemia, houve uma contaminação muito significativa neste ramo produtivo, principalmente, por ser um trabalho de ombro a ombro, os trabalhadores ficam bem próximos. O objetivo do Projeto é implantar ações de Vigilância em Saúde Trabalhador para obter intervenção nestes ambientes de trabalho e propiciar melhoria para os trabalhadores. Na metodologia, o projeto foi executado em frigoríficos de abate de bovinos, suínos e aves de 07 municípios e foram usadas ações intersetoriais, envolvendo as Vigilâncias Sanitárias Municipais, as Regionais de Saúde, a Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador e, os CERESTs - Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador. Foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados: roteiro de inspeção padronizado para frigorífico que foi estruturado e, roteiro de entrevista com os trabalhadores que envolvem inquérito de morbidade referida e percepção subjetiva do risco, sendo entrevistados trabalhadores de todos os setores do frigorífico. Foram realizadas as ações de fiscalização com intervenção, com solicitação de adequação nos ambientes, condições e processos de trabalho. As principais inconformidades identificadas nas inspeções foram: não cumprimento dos Programas de Saúde Ocupacional; frigorífico sem o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) que são programas obrigatórios para cuidar da saúde do trabalhador; inexistência de Análise Ergonômica do Trabalho - AET, apesar de ser uma atividade com maior risco de desenvolver lesões por esforço repetitivo; adaptações ergonômicas improvisadas; ausência de acentos para os trabalhadores, tanto na área produtiva que é obrigatório pela legislação, quanto nos momentos de pausa; não higienização dos uniformes dos trabalhadores pelo frigorífico; não comprovação das pausas obrigatórias. Nos frigoríficos as pausas térmicas têm que acontecer a cada 1:40' de trabalho. Os trabalhadores precisam de 20 minutos de descanso num local fora da área de trabalho e num local com acento para descansar; irregularidades quanto às condições de higiene e conforto nos sanitários, vestiário e refeitório; trabalhador sem equipamentos de proteção individual - EPI; não apresentação das Comunicações de Acidentes de Trabalho - CAT; ausência de treinamentos em saúde ocupacional. Citou o caso de dois frigoríficos, um com 150 trabalhadores, que obrigava os trabalhadores a levar os uniformes sujos de sangue, contaminados, para casa e voltar com eles limpos, caso contrário, eram advertidos, e outro, com mais de 600 trabalhadores com os sanitários na parte do chuveiro sem portas, ou seja, os trabalhadores ficavam totalmente expostos e para evitar isso, iam embora sem tomar banho. Disse que nas entrevistas com os trabalhadores foram detectadas inúmeras questões. No Inquérito de Morbidade Referida os principais sintomas relatados foram: dores de cabeça; ansiedade; dores nas pernas, coluna e braços; fadiga/cansaço; nervosismo e dores musculares. Quanto ao Acidente de Trabalho, 18% dos entrevistados relataram acidente de trabalho, valor incoerente com as CATs emitidas, havendo, então, subnotificação de acidentes. Quanto aos Tipos de Treinamento: apenas 49% receberam treinamentos sobre os riscos à saúde, sendo que este tipo de treinamento é obrigatório para 100% dos trabalhadores; apenas 70% receberam treinamento operacional das atividades; 79% receberam treinamento de segurança do trabalho e 59% receberam treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidente. Disse que a execução do Projeto propiciou mudanças e conquistas significativas, situação que indica a necessidade de sua continuação em outros Municípios de Goiás, citando algumas melhorias: efetivação da intersetorialidade entre as Vigilâncias do Estado (SUvisa e Regionais) e dos municípios; capacitações dos técnicos em Vigilância em Saúde do Trabalhador para atuação neste ramo produtivo; transformação nas relações,



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

ambientes e processos de trabalho de todos os frigoríficos inspecionados, que se adequaram as normas de proteção à Saúde do Trabalhador, com exceção do frigorífico que não haviam portas nos sanitários que está respondendo processo administrativo. Mostrou um slide com fotos exemplificando as conquistas, ressaltando a foto de uma área coberta com bancos de madeira para os trabalhadores sentarem no momento de pausa, sendo que antes os trabalhadores deste frigorífico, no momento da pausa, ficavam num ambiente sem proteção contra as intempéries e assentos aos trabalhadores nas áreas de trabalho e nos postos de trabalho, pois os trabalhadores possuem o direito de descansar também de acordo com a legislação.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que muitas das vezes fala-se que a valorização do trabalho está ligada à remuneração, mas esquece-se de coisas tão essenciais, tão importantes que é a qualidade do ambiente de trabalho, do cuidado com o trabalhador. Acredita que é uma grande alerta e que saúde do trabalhador não é só o salário em dia na conta, nem aumento, nem piso, mas são as condições de trabalho, também.

**3.5 –** Recomendações referentes aos surtos de varicela em Goiás. (Coordenação de Doenças Imunopreveníveis e Respiratórias - Gerência de Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis – SUVISA).

**Dra. Gláucia Gama – Coordenação de Doenças Imunopreveníveis e Respiratórias/GVEDT/SUVISA/SES**, explicou que no Estado de Goiás desde maio de 2005 a varicela é de notificação compulsória individual, devendo todo caso ser notificado. Isto aconteceu em razão da quantidade de casos graves e óbitos, sendo assim, uma maneira de mostrar a importância da vacina da varicela na rede pública e isso ocorreu depois. Somente em 2013 veremos nos gráficos a demonstração de casos de óbito e o que ocorreu a partir da implantação. Atualmente, no Ministério da Saúde, a notificação da varicela ocorre para surtos, óbitos e casos graves, mas no Estado de Goiás a notificação compulsória é individual, não existe uma ficha de investigação, é uma ficha simples, de notificação e conclusão. Salientou que no período da pandemia, pela própria forma de contágio da varicela, com o isolamento social e a obrigatoriedade das etiquetas respiratórias, houve uma redução muito grande, não só de varicela mas de outras doenças também. Ressaltou o fato que neste ano de 2023, em 2 meses, receberam a notificação de três surtos no Estado de Goiás. Chamou a atenção para a baixa cobertura vacinal no ano de 2022 com 64,83%, sendo que a cobertura ideal deve ser maior que 95%. Apresentou um gráfico com os casos confirmados (verde) e óbitos (vermelho) dos anos de 2008 a 2023, sendo que em 2014 foram 8 óbitos e a partir de 2015 não aconteceram mais óbitos. A redução de casos foi bem considerável, lembrando que a implantação da vacina tetra foi no final do ano de 2013. Mostrou a ficha simples de notificação disponível no sistema. Apresentou um último gráfico com a “Distribuição de surtos de varicela em Goiás – 2008 a 2013”, salientando o que foi falado, sobre o aumento este ano no número de casos, com 20 casos de notificação individual no sistema e 3 surtos. Ressaltou o fato que não estamos ainda na sazonalidade da varicela, que normalmente ocorre no final do inverno, início da primavera, chamando atenção para a baixa cobertura vacinal. Encerrou dizendo que enviarão um alerta aos municípios com orientações em casos de surtos e de prevenção.

**Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES**, relatou que no início do ano, com a volta às aulas, começou notícias de surtos da varicela no Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro que mandaram alguns alertas para o restante das Vigilâncias. Disse que a pandemia da COVID-19 mexeu com sazonalidade de



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

todas as doenças. A varicela por exemplo, o período sazonal é a primavera (agosto, setembro e outubro). Comentou que o medo, devido às baixas coberturas, é voltar ao perfil epidemiológico de 2014/2015, vez que a medida que baixa a cobertura aumenta os bolsões de suscetíveis, aumentando a chance de ter formas transmissíveis e formas graves. Disse que tem crianças internadas com varicela e citou o caso de uma criança de 11 anos internada em estado gravíssimo. Ressaltou a importância da vacinação e que enquanto gestores de saúde pública, seja Estadual ou Municipal, não entendermos que deve ser prioridade melhorar a cobertura vacinal, teremos que estruturar unidades de referências para determinadas doenças devido aos surtos, devendo, as vezes, viver parecido ao que vivemos na pandemia, fechar uma escola inteira em razão de contaminação por catapora. Espera que 2023 seja o ano da retomada da cobertura vacinal ideal, devemos colocar isto como prioridade de gestão para que consigamos mudar os cenários epidemiológicos que já estão se mostrando como muito ruins para doenças imunopreveníveis e também para doenças não imunopreveníveis. Afirmou que é necessário resgatar, retomar o controle e os dados que havíamos antigamente, principalmente das doenças infecciosas parasitárias.

### 3.6 – Campanha de Vacinação COVID/Bivalente. (Gerente de Imunização - SUVISA)

**Dra. Joice Kellen – Gerente de Imunização/SUVISA/SES**, afirmou que a vacina COVID-bivalente foi autorizada pela ANVISA para pessoas a partir de 12 anos que estão nos grupos prioritários e obrigatoriamente tenham recebido, anteriormente, pelo menos o esquema primário de vacinação monovalente (2 doses) contra COVID-19, com intervalo mínimo de 4 meses, após o reforço da monovalente ou última dose do esquema primário/básico. Esta vacina é uma atualização com a cepa original ômicron e suas subvariantes, acrescentando proteção às pessoas dos grupos prioritários. A campanha de vacinação iniciou no dia 27 de fevereiro com boa repercussão, com as unidades cheias de pessoas procurando se vacinar. O Ministério da Saúde dividiu a campanha em cinco fases, a primeira começou no dia 27/02/2023 – pessoas de 70 anos e mais; pessoas vivendo em instituições de longa permanência, a partir de 12 anos, e seus trabalhadores; pessoas imunocomprometidas a partir de 12 anos de idade; indígenas, ribeirinhos e quilombolas a partir de 12 anos de idade. A segunda fase no dia 06/03/2023 – pessoas de 60 a 69 anos. A terceira fase no dia 20/03/2023 – gestantes e puérperas. A quarta no dia 17/04/2023 – trabalhadores da saúde. E a quinta fase no dia 17/04/2023 – pessoas com deficiência permanente (a partir de 12 anos); população privada de liberdade (a partir de 18 anos); adolescentes cumprindo medidas socioeducativas (menores de 18 anos) e funcionários do sistema de privação de liberdade. O Ministério da Saúde já encaminhou 97.200 mil doses de vacina na primeira remessa e 129.600 na segunda para iniciar essa campanha, e a medida que a campanha for acontecendo distribuirá mais vacinas para os Estados. A última remessa está sendo distribuída, mas todas as salas dos 246 municípios estão abastecidas com doses da vacina. Salientou a importância desta vacinação e que a Secretaria de Estado da Saúde juntamente com os municípios devem conseguir ofertar e manter a busca que, atualmente, está acontecendo durante toda a campanha, vacinando toda a população elegível para esta vacinação.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, falou a respeito da cobertura vacinal, compartilhando a experiência de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Goiás - UFG, através de alunos estagiários, numa determinada área do Município de Senador Canedo e sugeriu aos colegas gestores municipais que a façam também. Os alunos pegaram uma área que está coberta por agentes comunitários, Estratégia de Saúde da Família e uma área que está descoberta. A área que estava descoberta tinha duas vezes mais cobertura vacinal do que a área que estava coberta. A pesquisa serviu de referência até para mudar a estratégia para chegar



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

nas pessoas, porque as vezes achamos que estamos intensificando as ações de uma forma e na verdade a gente precisa ir pela contramão dela.

### 4 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO:

4.1 – Pactuar o calendário de reuniões dos Grupos de Trabalho e das reuniões da Comissão Intergestores Bipartite – CIB (SES/COSEMS)

MESES	GRUPOS DE TRABALHO			CIB
	GT DE GESTÃO GOVERNANÇA	GT ATENÇÃO À SAÚDE	GT VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PLENÁRIO
JANEIRO	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
FEVEREIRO	23	24	24	01/03
MARÇO	20	21	21	23
ABRIL	17	18	18	20
MAIO	12	15	15	17
JUNHO	26	27	27	29
JULHO	17	18	18	20
AGOSTO	21	22	22	24
SETEMBRO	18	19	19	21
OUTUBRO	11	16	16	18
NOVEMBRO	17	20	20	22
DEZEMBRO	01	04	04	06

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, fez uma consideração para elaboração do calendário, pediu para Dra. Anamaria e Dr. Sérgio, cancelarem a CIB do mês de julho e os Grupo de Trabalho também, uma vez que naquela semana haverá o Congresso Nacional do CONASEMS. Sugeriu suspenderem as agendas do mês de julho, pois muitos municípios participarão do Congresso Nacional e caso tenha alguma pauta específica organizar uma CIB extraordinária.

**Lirce Lamounier – Secretária Executiva da CIB/SES**, disse que poderia ser, esteve conversando com a Maria Aparecida e foi pensado que, normalmente, a reunião da CIT é no Congresso, talvez fizesse na última semana.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que o problema é a questão do atropelo de agendas para quem participa do Congresso, pois será uma semana inteira. O ideal seria reorganizar os temas e puxar, o que for possível, para o mês de junho algumas discussões, e outras deixar para o mês de agosto. Se precisar discutir um tema no mês de julho faz uma extraordinária. Como foi colocado agora, nem comentamos com alguns colegas, caso os colegas sugerem que querem fazer uma semana de Congresso e uma semana de CIB, fica a critério, mas por parte do COSEMS pactuado desta forma.

**Dra. Anamaria Arruda – Subsecretária/SES**, disse que por parte da SES pactuado.

**Item pactuado**





SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB**

**4.2** – Fluxo para as solicitações de resolução CIB nos casos de diligências de emendas parlamentares e incremento teto MAC para dar ampla divulgação aos municípios (Jaqueline Rocha – Secretária Executiva COSEMS/GO)

**Lirce Lamounier – Secretária Executiva da CIB/SES**, disse que o COSEMS solicitou que apresentasse os passos para o envio de documentos da Secretaria Executiva da CIB para efeito de emissão de resolução para emenda parlamentar. Os Secretários Municipais de Saúde devem encaminhar o ofício com o espelho da Emenda Parlamentar (documento que fazem a solicitação no Fundo Nacional de Saúde), e também o Parecer/Diligência do Ministério da Saúde. O ofício deve ser assinado pelo Secretário Municipal de Saúde, porque o mesmo deve saber o que está sendo encaminhado. Caso de emendas parlamentares para transporte sanitário eletivo, também deve encaminhar o projeto do transporte sanitário eletivo do Município ou da Região de Saúde, aprovado pela CIR, é o projeto e mais a resolução da CIR que aprovou. Devem enviar os documentos pelos e-mails: [comissaobipartite@gmail.com](mailto:comissaobipartite@gmail.com) e [bipartitego@gmail.com](mailto:bipartitego@gmail.com).

**Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva do COSEMS/GO**, solicitou ao Ricardo que viabilize também um modelo de apresentação para a defesa da pauta sobre recursos MAC pelos Municípios. O que o Secretário deve levantar: os serviços que tem, o que fatura, e até mesmo padronizar, uma vez que cada um tem apresentado de uma forma, e por várias vezes algumas informações deixam de ser prestadas. A solicitação é porque precisa de Resolução CIB e na hora que o Secretário vai fazer a defesa da pauta no GT ou na CIB, que seja padronizado, para que os Secretários possam enxergar o que tem, o que fatura e o que está pleiteando, baseado na série histórica.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que por parte do COSEMS está pactuado.

**Dra. Anamaria Arruda – Subsecretária/SES**, disse que por parte da SES estava pactuado.

**Item pactuado**

**4.3** – Pactuar a revisão das pactuações intermunicipais de Caiapônia, Caldasinha, Campos Belos, Mineiros, Pirenópolis e Terezópolis a partir da competência março/2023, parcela 04. (GPI/SGL)

<b>Data para SMS</b>	<b>Data para SES</b>	<b>A PARTIR DA PARCELA</b>
18/04/2023	28/04/2023	Competência Junho/2023, Parc. 07/2023
21/07/2023	31/07/2023	Competência Setembro/2023, Parc. 10/2023
16/10/2023	31/10/2023	Competência Dezembro/2023, Parc.01/2024

**Item pactuado**

**4.5** – Pactuar a solicitação de incremento do Teto MAC para o Município de Caldas Novas, no valor de R\$ 4.760.095,92 (quatro milhões, setecentos e sessenta mil, noventa e cinco reais e noventa e dois centavos) anuais, 40% (quarenta por cento) a mais do Teto MAC atual, conforme Resolução nº 011/2022 - CIR Estrada de Ferro, para custeio das ações em âmbito municipal e regional. (SMS Caldas Novas).

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

### COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

que já foi discutido no Grupo de Trabalho - GT e por parte do COSEMS pactuado.

**Dra. Anamaria Arruda – Subsecretária/SES**, disse que por parte da SES estava pactuado.

#### Item pactuado

**4.6 – Pactuar a recomposição do Teto MAC em R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), conforme Resolução nº 006/2023 - CIR Rio Vermelho. (SMS Britânia).**

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que por parte do COSEMS estava pactuado.

**Dra. Anamaria Arruda – Subsecretária/SES**, disse que por parte da SES estava pactuado.

#### Item pactuado

**4.7 – Pactuar critérios para elaboração do calendário do Projeto Planifica Goiás para o ano de 2023. (SAIS/Gerência de Atenção Primária).**

**Dra. Cristina – SPAIS/SES**, fez uma contextualização da execução do Planifica através do PROADI - SUS, disse que tem dois parceiros: Albert Einstein e Beneficência Portuguesa. Com o Albert Einstein a organização da linha de cuidado de saúde mental em três Regiões do Estado de Goiás: a Norte, São Patrício I e Pireneus; e a Beneficência Portuguesa nas 18 Regiões de Saúde do Estado com a organização da linha de cuidado da gestante, hipertensão, diabetes, sobrepeso e obesidade. Na linha de cuidados saúde mental nessas três Regiões tem uma adesão de 43 Municípios que corresponde a 98% de adesão, já nas linhas de cuidado da gestante, hipertensão, diabetes sobrepeso e obesidade, que está nas 18 Regiões, tem adesões de 223 Municípios que corresponde a 91% dos Municípios goianos participando do projeto. O ciclo de atividades que acontecem na execução desse projeto ocorre num período de 45 dias e segue esse fluxo como demonstrado na lâmina: 1º - uma oficina de planejamento com a SES com as Regionais, nesse momento entra as equipes do Estado para realizar a oficina de planejamento; o 2º - momento tem a formação dos tutores estaduais regionais e municipais; 3º - a atividade de formação onde acontecem os workshops e as oficinas tutoriais tanto de demonstração quanto de replicação pelos municípios, e fecha esse ciclo com as atividades de monitoramento que acontecem nos níveis Regionais e Estadual. No planejamento da SES, os participantes são os tutores estaduais e regionais, acontece durante um dia e é presencial no Município de Goiânia. O planejamento com a Região será online com as equipes municipais, e o coordenador da atenção primária e acontece em cada região separada. O workshop e oficinas de demonstração acontecem de forma presencial em uma unidade de saúde do Município que é Polo de formação, e participam os tutores regionais, municípios e os tutores de unidade de saúde. A replicação é uma atividade em todas as unidades de saúde com a presença de todos os profissionais, as unidades não fecham ao mesmo tempo e no mesmo período. A atividade de monitoramento na Região será online e na SES presencial. Os critérios a serem pactuados para elaborar o cronograma do projeto em 2023: o 1º - é a proteção do espaço de governança, protege as datas da CIR, CIM, dos GTs e da CIB. O calendário tem que ser compartilhado e integrado entre a Beneficência Portuguesa e Einstein e uma questão importante são as datas das oficinas de replicação que acontecem dentro das unidades de saúde com a participação de todos os profissionais e é definida pela Região. Esses são os critérios que passam para pactuação, para elaboração desse cronograma de atividades.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

que por parte do COSEMS estava pactuado.

**Dra. Anamaria Arruda – Subsecretária/SES**, disse que por parte da SES estava pactuado.

### Item pactuado

**4.8** – Repactuação da responsabilidade do pagamento dos valores de complemento (componente municipal) de diárias de internação em leitos de psiquiatria no Município de Aparecida da Goiânia. (SMS Aparecida de Goiânia)

**Dr. Alessandro Magalhães – SMS Aparecida de Goiânia**, citou a Resolução nº 038/2022 que estabelece um complemento de diárias de psiquiatria, metade estava ficando para o Estado e outra metade o Município de Aparecida estava assumindo. Esse ano Aparecida de Goiânia não dá conta de assumir a responsabilidade pelos outros municípios e solicita para fazer uma alteração na Resolução, garantindo que cada município assumira a responsabilidade de pagar por esse complemento. Como é que pode ser feito? Ou na pactuação existente ou termo simplificado de Convênio com Aparecida de Goiânia. Afirmou que não querem cercear o atendimento de ninguém, que continuarão atendendo com a PAX, pagando em dia, só que Aparecida precisa desse recurso, e que cada Município deve assumir a responsabilidade, e repassar para Aparecida.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que o Município Polo não pode arcar com os valores dos Municípios que são pactuados desde que haja transparência. Disse que Dr. Alessandro, no GT havia colocado que terão essa questão da transparência, e que os municípios que são pactuados com Aparecida de Goiânia procurem o departamento específico, departamento de regulação, para acertar a forma que será feito o pagamento. Por parte do COSEMS estava pactuado.

**Dra. Anamaria Arruda – Subsecretária/SES**, disse que por parte da SES estava pactuado.

### Item Pactuado

**4.9** – Municípios elegíveis para PROADI Telemedicina Einstein. (SAIS/SESG)

**Dra. Paula Santos – SPAIS/SES**, disse que essa pactuação é referente aos municípios elegíveis para o projeto de telemedicina do Einstein – PROADI, até o final de 2023, com algumas especialidades médicas vinculados a inter - consulta na Atenção Primária. A proposta foi discutida desde o ano passado junto ao Einstein e as equipes técnicas e COSEMS, onde o Einstein propõe a inserção de equipamentos onde os municípios poderão utilizar para acessar médicos especialistas nas unidades Einstein e nesse parâmetro fez um critério de elegibilidade que seriam os municípios com distâncias e quilômetros mais distantes de municípios com unidades especializadas, como policlínicas, ambulatórios ou referências de média e alta complexidade, municípios com filas de espera ou demandas na regulação estadual para as especialidades colocadas pelo Einstein e também municípios em vazios assistenciais que podem ter uma vantagem nesse processo de inter - consulta dos profissionais. A proposta é que o médico da Atenção Primária realize consulta conjunta com o profissional do Einstein para tirar dúvidas e questões diagnósticas, juntamente ao paciente. Para isso o Einstein cederá equipamentos para realizarem a interlocução: computador, câmera e microfone e o município escolherá uma unidade básica de saúde onde será implantado o equipamento, que é por comodato, deverá ser devolvido ao final do PROADI. O município terá um treinamento junto à plataforma do Einstein para agendamento das consultas e organização do trabalho. A SES monitorará



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

todo esse funcionamento através das equipes de Atenção Primária para funcionalidade e o uso da plataforma de forma devida. Os municípios que foram elegíveis conforme os critérios foram: Alto Horizonte, Aloândia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Americano do Brasil, Amorinópolis, Aporé, Aruanã, Aurilândia, Barro Alto, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Cabeceiras, Cachoeira de Goiás, Campinaçu, Campos Verdes, Cidade Ocidental, Colinas do Sul, Divinópolis de Goiás, Edealina, Faina, Formoso, Hidrolina, Inaciolândia, Itaguaru, Itajá, Itauçu, Joviânia, Mambaí, Mara Rosa, Marzagão, Maurilândia, Mimoso de Goiás, Monte Alegre de Goiás, Morro Agudo de Goiás, Novo Gama, Piranhas, Pirenópolis, Porteirão, Portelândia, Rio Quente, Santa Cruz Goiás, Santa Teresa de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São Domingos, São Luiz do Norte, Serranópolis, Simolândia, Teresina de Goiás, Trombas, Turvânia e Vila Boa. Enfatizou que todos esses municípios já receberam por e-mail um termo de compromisso de adesão ao PROADI com as informações pertinentes as especialidades médicas que serão disponíveis e como devem proceder a partir de agora. Foram selecionados 52 municípios porque haviam apenas 52 vagas disponíveis pelo Einstein. Essa seleção foi com base no quantitativo colocado por eles, no próprio GT foi conversado muito a questão de entrar outros municípios e será conforme o andamento do projeto, se os municípios não aderirem, ou não derem resposta até a próxima semana, pode-se trabalhar com a segunda opção, que já está ranqueada para que os municípios possam rapidamente já ter a capacitação e a instalação dos equipamentos que será feita pelo próprio Einstein. A título de informação as especialidades médicas que serão disponibilizadas são: neurologia pediátrica, neurologia adulto, psiquiatria, cardiologia, pneumologia, endocrinologia e reumatologia.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que foi discutido amplamente no GT, por parte do COSEMS estava pactuado.

**Dra. Anamaria Arruda – Subsecretária/SES**, disse que por parte da SES estava pactuado.

### Item pactuado

**4.10 – Reativação da Câmara de Assessoramento para a Política do Sangue, Hemocomponentes e Hemoderivados em Goiás. (Coordenação da Hemorrede/GERAT/SAIS/SES)**

**Dr. Kellinton Magalhães – Hemorrede/SAIS/SES**, disse que a proposta foi discutida no GT para reativação da Câmara de Assessoramento da Política de Sangue de Goiás, onde a Secretaria do Estado da Saúde definirá por portaria a composição desta Câmara baseado no que define o Decreto Federal nº 39/90 e a Portaria de Consolidação nº 01/2017, para que a Câmara possa assessorar a Secretaria de Estado da Saúde na implantação da Política Estadual do Sangue, na revisão e implementação do Plano Diretor do Sangue no Estado de Goiás.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que por parte do COSEMS estava pactuado.

**Dra. Anamaria Arruda – Subsecretária/SES**, disse que por parte da SES estava pactuado.

### Item pactuado

**4.11 – Nova forma de repasse da contrapartida estadual do Sistema Prisional para o Município de Anápolis. (GERPOP/SUSMEP/SES-GO)**

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

que foi retirado de pauta para uma negociação da Secretaria de Estado de Goiás com a Secretaria Municipal de Saúde de Anápolis.

### Item retirado de pauta

**4.12** – Habilitação como Unidade de Assistência em Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia para o Hospital Ortopédico de Ceres - HOC, CNES 2337517, em Ceres. (COHAB/SAIS/SES)

**Dra. Verônica Savatin Wottrich - SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que a documentação estava certa e por isso, por parte do COSEMS pactuado.

**Dra. Ana Maria – Subsecretária/SES**, disse que por parte da SES estava pactuado.

### Item pactuado

**4.13** – Implantação de polo de aplicação do anticorpo monoclonal Palivizumabe nos Municípios de Rio Verde e Senador Canedo. (GERAF/SAIS/SES)

**Dra. Viviane Troncha - GERAF/SES** – apresentou a proposta de implantação de polos de aplicação do medicamento Palivizumabe. Trata-se de um medicamento que é utilizado para ter anticorpos em crianças principalmente para proteger do vírus sincicial respiratório, faz parte do componente estratégico da assistência farmacêutica o qual é financiado pelo Ministério da Saúde e é distribuído para os polos de aplicação. Tem um período de sazonalidade para aplicação desse anticorpo que começou, agora, em fevereiro, e irá até julho de 2023, porque o vírus circula de março a agosto. A criança recebe o medicamento e fica protegida. Disse que em fevereiro começa a primeira aplicação e vai até julho porque o vírus circula de março a agosto, a criança recebe o medicamento e já fica protegida para o próximo mês. O objetivo é reduzir a mortalidade das crianças em decorrente as infecções pelo vírus sincicial respiratório, garantindo esta proteção às crianças. A meta é garantir 100% das crianças elegíveis para receber o medicamento. O público - alvo são crianças prematuras de 28 semanas, crianças cardiopatas e com doença pulmonar crônica. Atualmente tem três polos de aplicação, todos sediados em Goiânia: Hospital da Mulher (CRIE); Centro Integrado de Pediatria na Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia e no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás. A proposta, após uma avaliação do número de crianças que estão recebendo o palivizumabe, por Região de Saúde e por Município. Municípios prioritários para a implantação de polos: Goiânia; em Aparecida de Goiânia em nova negociação; Anápolis aguardando a estrutura física, Rio Verde e Senador Canedo ampla negociação. Foi passado em CIR e GT, e realizada visita técnica nos municípios para verificar as unidades que foram selecionadas pela equipe técnica do município se estava de acordo para a possibilidade de implantação. Apresentou tabela com os 15 municípios contemplados, e disse que a proposta é manter os três polos em Goiânia; abrir em Rio Verde que atenderia toda Região Sudoeste I; Senador Canedo apenas o município, por enquanto, mas caso algum município da Região Centro Sul exceto Aparecida precisar deve procurar Senador Canedo. A documentação é bem detalhada com formulários específicos que deverão ser preenchidos pelo médico, ter exames comprobatórios, o fluxo de solicitação foi encaminhado as Secretarias Municipais. A entrega da documentação para paciente do interior, não contemplado nesses polos deverão ser entregues no CRIE do Hospital da Mulher, os que residem em Goiânia deverão entregar a documentação na Secretaria Municipal de Saúde na Gerência de Assistência Farmacêutica, Rio Verde



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Região Sudoeste I, na Secretaria Municipal de Rio Verde na Vigilância Epidemiológica, e Senador Canedo na Secretaria Municipal na Gerência de Assistência Farmacêutica. Apresentou planilha com o número de crianças atendidas por Polo de aplicação, em questões financeiras em torno de 5 milhões todas as aplicações. Reforçou se outros Municípios da Região Centro Sul tiverem interesse em encaminhar crianças para a maternidade de Senador Canedo e não mais para Goiânia deve solicitar para alterar a Resolução.

### Item pactuado

**4.14** – Habilitação do Procedimento de Laqueadura no Hospital Municipal José Inocêncio de Oliveira, no Município de Mara Rosa, Resolução CIR Serra da Mesa nº 14. (CIR Serra da Mesa - SMS Mara Rosa)

**Dra. Verônica Savatin Wottrich** – SMS Senador Canedo/Presidente do COSEMS, justificou que passou em discussão no GT, é um procedimento especificamente do município, mas precisa de resolução CIB.

### Item pactuado

**4.15** – Recurso MAC para o procedimento de detecção de Toxoplasmose Congênita em recém-nascidos triados no Programa Nacional de Triagem Neonatal, conforme estabelece Portaria nº 1.369/GM/MS, de 6 de junho de 2022, que inclui procedimento relacionado a Triagem Neonatal na Tabela de OPM do SUS e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao MAC - Valor R\$ 759.360,42 a ser transferido para o Laboratório Referência em Triagem Neonatal do estado - APAE/Anápolis. (CGRAS/SES)

### Item pactuado

**4.16** – Fluxo do exame confirmatório de Toxoplasmose - Município/LACEN. (CGRAS/SES)

**Dra. Aparecida** – CGRAS/SES, disse que o recurso não é transferido para o laboratório e sim para o município de Anápolis.

### Item pactuado

**4.17** – Calendário 2023 da Oficina Ortopédica Itinerante. (GERPOP/SUSMEP/SES)

**Dra. Ana Maria** - GERPOP/SUSMEP, disse que a proposta do calendário da visita da Oficina Ortopédica Itinerante: em abril a Regional Oeste II, Município de São Luís de Montes Belos; em maio: Sudoeste I - Rio Verde; em junho: Rio Vermelho - Município de Goiás; agosto Pireneus - a definir o município; setembro Centro Sul - também a definir; outubro Estrada de Ferro - em Catalão; novembro Sul em Itumbiara; dezembro São Patrício - em Ceres; e janeiro/2024 em discussão para Entorno Norte – no Município de Formosa.



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB**

**Item pactuado**

**4.18** – Implantação de Consultório na Rua em Caldas Novas. (GERPOP/SUSMEP/SES)

**Dr. Rogério Borges – Gerência de Atenção à Populações Específicas**, é uma solicitação o credenciamento de uma nova equipe de Consultório na Rua para o Município de Caldas Novas. O Ministério da Saúde não o considera município elegível, mas atende aos critérios mínimos de quantidade de pessoas.

**Item pactuado**

**4.19** – Cancelamento de desabilitação de 16 (dezesesseis) leitos de UTI, Adulto, Tipo II, do Gastro Salustiano Hospital, CNES 2339110, no Município de Goiânia. (SMS Goiânia)

**Dra. Daniela Teixeira – SAIS/SES**, disse que foi solicitado na reunião anterior a desabilitação dos leitos, depois através ofício solicitando que não fossem desabilitados, precisa substituir a Resolução e enviar para o Ministério da Saúde.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS Senador Canedo/Presidente do COSEMS**, perguntou se os leitos estão funcionando.

**Dra. Daniela Teixeira – SAIS/SES**, confirmou que estão funcionando.

**Item pactuado**

**4.20** – Desabilitar: (SAIS/SES)

DESABILITAR								
MUNICÍPIO	UNIDADE HOSPITALAR	CNES	GESTÃO	LEITOS UTI ADULTO TIPO II	LEITOS UTI UCO	LEITOS UTI NEO	LEITOS UTI PED	TOTAL
APARECIDA DE GOIÂNIA	HOSPITAL GARAVELO	2589737	MUNICIPAL	0	0	8	0	8
GOIÂNIA	IGOPE	2519054	MUNICIPAL	0	0	6	4	10
	HOSPITAL INFANTIL DE CAMPINAS	2337851	MUNICIPAL	0	0	2	0	2
TOTAL				0	0	16	4	20

**Dra. Daniela Teixeira – SAIS/SES**, solicita a habilitação dos leitos no Hospital Garavelo que estão funcionando. Informa que no IGOPE a UTI Pediátrica tem somente 01 leito em funcionamento para o SUS, a UTI neonatal está fechada. O Hospital Infantil de Campinas estava com 02 leitos pendentes da



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

UTI Neonatal, houve mudança e o hospital está fechado. Precisa desabilitar 08 leitos neonatais e 03 pediátricos.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS/Senador Canedo/Presidente do COSEMS/GO**, parabenizou Dr. Alessandro pelo funcionamento do Hospital Garavelo e por manter a habilitação, confirma a desabilitação dos leitos do IGOPE e do Hospital de Campinas

**Dra Daniela Teixeira – SAIS/SES**, confirmou a desabilitação de 06 leitos de UTI neonatal do IGOPE e um leito de UTI Pediátrico SUS.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS/Senador Canedo/Presidente do COSEMS**, perguntou se no leito SUS tinha um bebezinho.

**Dra. Daniela Teixeira – SAIS/SES**, confirmou que tinha leito funcionando.

**Dra. Doraine – Gerência de Urgência da Regulação do Município de Goiânia**, disse que em visita do Estado e Município, no IGOPE foi constatado que os leitos estavam ocupados, justificaram que estavam com uma demanda inesperada, muito grande, da pediatria, particular e planos de saúde, foi conferido pelas AIHs a internação de 04 leitos pediátricos. Contudo solicitaram 15 dias, no máximo 30 para funcionamento dos leitos Neonatais/SUS, todas as estruturas estão prontas, mas ainda sem condição por conta de falta de RH, mas a pediatria está funcionando. A prioridade é paciente do SUS.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS/Senador Canedo/Presidente do COSEMS/GO**, disse que essa pauta está em discussão, o monitoramento desses leitos, há dois anos, não tem mais como adiar. Teoricamente, esses leitos teriam sido desabilitados no ano passado, teve período eleitoral com outras questões e a Secretaria de Estado também não poderia naquele período, foi colocado na pauta de novembro, era posse do novo Secretário, a SES pediu um prazo para negociação até dezembro de 2022, vários leitos precisavam de plano de trabalho da Secretaria de Estado na questão orçamentária, chegou dezembro, janeiro, naquele dia, primeiro de março sem definição, é muito ruim para o Estado desabilitar leitos, mas pior é o leito ficar habilitado recebendo recurso de UTI do MAC. Ao assinar uma Resolução assumindo um risco, pois são responsáveis quando não é obedecido, não dá para esperar, os pacientes estão na fila aguardando. Sugeriu tirar da pactuação, desabilitar os leitos, discutir no próximo mês. A demanda do Estado para habilitar leitos de UTI é grande, o recurso para as eletivas é aguardado com ansiedade, mas nem todos serão contemplados. Existe a possibilidade para que esses leitos não sejam desabilitados, mas na impossibilidade não tem mais como protelar porque é improbidade, não pode manter uma resolução habilitando leitos que não estão funcionando. O COSEMS se posiciona pela desabilitação dos leitos. Protelou-se porque acreditava que o IGOPE daria conta de habilitar, de colocar os leitos para funcionar, propõe ida ao MS com o Secretário Municipal de Saúde de Goiânia para negociar. A pactuação são os 08 leitos Neonatal do Hospital Garavelo que estão em funcionamento, do IGOPE desabilita 06 leitos neonatal, habilita 04 pediátricos, o Hospital Infantil de Campinas por estar fechado, desabilita.

**Dra. Doraine – Gerência de Urgência da Regulação de Goiânia**, perguntou se mantém o pediátrico do IGOPE que está funcionando, desde o dia 15 de fevereiro, tem todas as AIHs que comprovam.

**Dra. Daniela Teixeira – SAIS/SES**, disse que no IGOPE o leito neonatal, realmente, não está montado, não tem profissional, o leito pediátrico tem profissionais está funcionando, não tinha o quantitativo que deveria ter, que são quatro pediátricos SUS, mas é questão de organização da





SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

unidade, na área que fica a UTI neonatal tinha três pacientes pediátricos extras, devido um surto sazonal teve uma demanda muito grande da Pediatria. Foi sugerido durante a visita aumentar os leitos da pediatria, que solicitassem mudar leitos neonatal para pediatria devido aumento da demanda da pediatria do privado e do SUS.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS/Senador Canedo/Presidente do COSEMS/GO**, definiu manter 04 leitos pediátricos do IGOPE habilitados, desabilitação dos 06 leitos de UTI neonatal do Hospital Infantil de Campinas desabilita.

### Item pactuado

**Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS/GO**, disse que a busca por leitos de UTI é grande, mas as auditorias precisam ser realizadas por quem contrata e pelo coordenador, o que não pode é ter leitos habilitados, mas ocupado com o paciente de convênio, a vaga não aparece para o paciente do SUS, sem desrespeitar, só pontuar a questão da responsabilidade compartilhada de ambos, COSEMS e SES que assinam a Resolução, o gestor que contrata o serviço tem sua parte de responsabilidade, o recurso é público, de todos. Ressaltou que querendo ou não, mesmo que tenha um plano de saúde não significa que um dia vai parar em um caso de emergência e vai precisar de um leito de UTI ou de uma cirurgia e ou de qualquer coisa que seja, e sabe que é difícil mesmo, contratar, monitorar, avaliar e notificar é difícil, mas é preciso que tenham responsabilidade e zelo com o patrimônio que é público e com o leito com recursos que é do SUS e que por vezes tem um atendimento negado porque está sendo utilizado para o paciente que é do particular ou de um outro plano de saúde.

**Dra. Doraine – Gerência de Urgência da Regulação de Goiânia**, explicou que tem duas semanas que está na regulação, mas desde 2008 é funcionária da Prefeitura de Goiânia e acredita que da mesma forma como faz a regulação faz em Goiânia que trabalha de uma forma muito transparente, tem uma equipe externa que faz todos os dias as visitas desses leitos, tem cadernos com todas as anotações com a assinatura dos enfermeiros. Todas as inconsistências passadas e documentadas, tudo relatado. A partir do momento que quiserem que apresente isso, estão a disposição, também no portal da transparência no site da Prefeitura de Goiânia. Que foi feito trabalho junto com a médica apoiadora da fiscalização dos leitos, e acredita e concorda com a colega que é muito difícil fazer essas auditorias, disse que está lá há duas semanas, e está com dificuldade, realmente, de acompanhar isso. Conhecendo os prestadores acredita que as dificuldades são iguais, não é só Goiânia que passa por isso, e observa que os faturistas de todos os prestadores que fazem em Goiânia, fazem no Estado de Goiás. As dificuldades todo mundo sabe, e acredita que todos que são de carreira querem, realmente, que as coisas aconteçam da melhor forma possível com a transparência possível, porque sabe que todos vão responder por isso, são autores de qualquer coisa que acontece na Prefeitura.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, disse que como Goiânia tem a equipe que colocou, que o quê aconteceu, foi identificado nessa auditoria na Secretaria de Estado junto com a SMS Goiânia, não se repita. Isso não é só para Goiânia, e usando o nome da Sônia, de Gameleira, que vem apresentando tantas dificuldades, também com os prestadores de Anápolis. Acredita que já é momento e que podem começar a fazer movimento, como a Jaqueline colocou, é uma responsabilidade compartilhada, tem inúmeros prestadores que não são unidades públicas, e não está falando de unidade estadual ou municipal, são prestadores, desde filantrópicos até privados e os prestadores recebem, habilitam para execução daquele serviço e na hora de desenvolver



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

acham que estão fazendo favor, não é favor, se não concorda com o que o SUS paga não entra, não assina o plano de trabalho, não faz o credenciamento, não faz nenhuma coisa. O momento que precisa começar é agora, de fato, identificar isso e começar a fazer o processo, mesmo de auditoria nas unidades para ver o que está sendo executado, a exemplo da Cardiologia de Anápolis, lá no Evangélico, a questão do pré-natal de alto risco, da Oncologia, do serviço de Traumatologia estão nessas outras unidades, por isso a questão não é só com Goiânia. Disse que sofre com isso também no município, quando ele é um prestador, você cobra um hemograma do laboratório e ele não faz, você libera o paciente para fazer e poder coletar, chega lá não coleta, mesmo autorizado, e acontece com todo mundo, mas é preciso começar a cuidar disso, porque os pacientes estão morrendo por falta de assistência e o serviço está habilitado, então precisa executar, não vai dar conta de executar, então desabilita e passa para outro ou outro lugar ou então desabilita por completo, pelo menos não fica naquela falsa ilusão de que no Estado tem os serviços. E quando fala dentro do Estado é Município e Estado, SES e as unidades estaduais e as municipais, se não está funcionando desabilita e vão saber de fato aquilo que pode contar na rede, quais são os serviços disponíveis, qual é a quantidade, qual a capacidade instalada. É preciso, agora, retomar de fato, não sabem se o Ministério vai falar ou não sobre a questão da cardiologia da Santa Casa, inclusive em audiência a Santa Casa confirmou que não vai executar porque o valor não paga. Mas, não paga 50 procedimentos, mas paga três, então vão fazer três. Não é parar o serviço porque não paga. Ninguém está falando que deve tirar dinheiro do bolso para custear, isso não. É a mesma questão de Aparecida, Dr. Alessandro não tem que pagar pelo seu paciente de outro Município, cada um deve pagar seu paciente quando tem tabela complementar, mas não dá para simplesmente os prestadores falarem que não farão, mas o serviço está habilitado. Enquanto o paciente fica na fila de qualquer sistema de regulação aguardando liberação de vaga que não vai sair, porque o prestador não vai abrir a vaga. Disse que voltando a discutir PPI, reserva técnica, vão discutir custo de serviço e nessa discussão de custo de serviço é ver o que está habilitado, quanto que cada serviço custa e desabilitar o que precisa desabilitar e viver a realidade, porque se não tem, vai atrás, tem quem vai fazer ou ir para outro Estado que de fato tem serviço, e fazer acontecer.

**Dra. Andrea Abbes – SMS de São João D' Aliança/ COSEMS/GO**, reforçou que sem contar que abre precedentes, os órgãos de controle visualizam a disponibilidade, mas na execução da disponibilidade não tem, quem vai responder por isso é o gestor, então é um assunto muito sério, é por isso que deve tratar esse assunto com muita seriedade, e quando houver disponibilidade de fato, aí conversa, novamente, e pactua da forma correta.

**Darilza**, disse que essa luta é antiga e que ficou 7 anos e meio na Secretaria de Saúde e não conseguiu resolver isso, exemplo da Santa Casa do Estado de Goiás está habilitada para ortopedia, todos os pacientes que são regulados para lá através do Município de Goiânia eles entram em contato com os pacientes para que possam buscar os seus documentos porque na Santa Casa não tem profissional para realizar a consulta e nem a cirurgia. Então, foi lá falou com uma pessoa e respondeu já pediram a desabilitação, mas até aquele dia não tinham resolvido, e que não era um problema da Santa Casa. Então voltou e perguntou para Graciete do município, o como proceder com os pacientes que estão aguardando cirurgia, ela disse que essa é uma questão que já é antiga estão tentando resolver a situação. Falou da impossibilidade de resolver, porque quando o paciente chega com essa demanda de um ortopedista e a vaga está aberta na Santa Casa é para lá que o mesmo irá.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, respondeu que o pessoal de Goiânia e todos eles acompanharam a luta que é com a Santa Casa. Disse que, por isso, que fala, porque as vezes será preciso de uma ação conjunta. É preciso começar a desabilitar. Não tem condição do jeito que está, não é só colocar recurso a mais. A Secretaria de



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Estado que repassa 2 milhões para Santa Casa, tem o valor de serviços habilitados que o município de Goiânia repassa. Então, o que estão fazendo? Disse que foi falado isso em uma reunião da Diretoria do COSEMS com a Santa Casa. É nesse sentido que gostaria de encaminhar essa pauta, precisam de fato dar visibilidade para os gestores, para a população, para os órgãos de controle, sobre os serviços que estão disponíveis para a população goiana.

**Dr. Sérgio Vencio – Secretário de Estado da Saúde/SES**, falou que estão há 40 minutos debatendo uma questão que deveria ser um pouco mais óbvia, e que tem ficado, assim, um pouco impressionado como, eventualmente, questões do dinheiro público, como a Jaqueline colocou muito bem, são tratadas com descaso absoluto. Disse que recebe todos os dias telefonemas de deputados, senadores e de prefeitos, pedindo para fazer coisas que eles estão cansados de saber que não tem como fazer, e acha que foi colocado muito bem pela Verônica, tem que desabilitar. Infelizmente eu pedi um prazo, esse prazo não foi respeitado, nós temos que desabilitar, isso é claro, e no momento em que Goiânia colocar os motivos que os leitos podem ser habilitados a veremos o que fazer. Reforçou, inclusive, aproveitando o momento para falar com todos os Secretários que estão escutando que o Estado não vai mais estadualizar nenhum hospital, o Estado não pode ficar a mercê de prefeitos que querem construir obras mirabolantes sem que antes tenham consultado a SES. Tem hospitais construídos que não foram aprovados na SUVISA. Falou que a Dra. Anamaria está com uma equipe extremamente competente fazendo uma remodelação das macrorregiões, da regionalização da saúde, e estão estudando, realmente, o que precisa por região, para que o paciente seja beneficiado, e parar de gastar o dinheiro do SUS para manter obras que não tem eficiência. E da mesma forma, estamos revisando todos os planos de fortalecimento e obviamente isso todo mundo já sabe. Inclusive já revisaram planos de fortalecimento de municípios que são importantes para a base política do governo, porque nós temos que ser técnicos, temos que despolitizar a saúde. Então, por favor, eu peço aos Secretários em vez de ficar chamando o deputado para pedir coisa, arruma a casa. O Estado tem toda a intencionalidade de custear o que precisa ser custeado, do quê pode ser custeado, porque não tem dinheiro para tudo, mas não vai mais pagar planos de fortalecimento que não batem metas. Irão mudar os planos para que sejam por entrega e não mais antecipado. As pessoas estão achando ruim porque não estão mais recebendo o dinheiro inteiro do plano, entretanto estão entregando apenas 10 a 15% do planejado. Então, disse, que precisam, realmente, virar essa página, profissionalizar a gestão da Saúde, cuidar do dinheiro público, porque são gestores, são ordenadores de despesa e isso vai para o CPF de cada um. Pode ser bonito politicamente, as vezes, tem um monte de gente aqui, que quer se eleger no Estado. Disse que na Secretaria da Saúde, enquanto estiver na gestão, todos da equipe presentes estão unidos no alcance desses objetivos, da melhoria da gestão e da correta utilização dos recursos públicos. Afirmou que estão tendo o apoio do COSEMS em todas as decisões que estão tomando, e agradeceu a todos por isso. Pediu para não levarem para o lado pessoal, mas terão que ser gestores eficientes, cumprir metas e bater metas, gastar o dinheiro público com comprovação, para que não sejam questionados pelos Tribunais de Contas, na Justiça, no Ministério Público e tudo mais.

**4.21 – Criação do Grupo de discussão dos critérios de repactuação de ações de Vigilância Sanitária com a participação de técnicos da SUVISA, COSEMS e Municípios. (Gerência de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Saúde - SUVISA)**

**Dra. Flúvia Amorin – SUVISA/SES**, disse que vem realizando desde 2021 a repactuação das ações de vigilância sanitária junto com os municípios, e fez um documento de repactuação. Que foi realizada a pactuação com cada um dos gestores dos 246 municípios para repactuarem as ações de vigilância sanitária no território. Tem o item na pauta que é o da homologação dos últimos 59, e tem alguns municípios que já pactuaram, entregaram documentação e agora falaram que não tem mais a equipe e



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

precisam repactuar, só que a repactuação, a partir do momento que foi assinada, homologada, não é só virar uma chave ou fazer um documento, significa que todas as atividades econômicas daquele município a partir da repactuação homologada significa que quem vai inspecionar, quem vai liberar o alvará sanitário para o funcionamento é o município no sistema que é o SINAVISA. Funciona dessa forma e no Sistema não tem como a gente só virar uma chavinha e falar agora não é o município, agora é o Estado, o processo não é desse jeito, não é automático. Então será criado o grupo para estabelecer critérios de repactuações, momentos em que isso será feito, não pode ser feito a todo momento, porque o sistema não muda dessa forma, e de maneira que não prejudique a atividade econômica local, porque a partir do momento que o município repactuou no sistema consta que ele que vai liberar o alvará, ele que vai inspecionar e aí ele não tem mais equipe. No Estado, o Sistema nos proíbe, também nos veta a possibilidade de liberar o alvará, dessa forma aquela atividade ficará sem alvará, e ficar sem alvará, a depender da situação, significa que o estabelecimento não pode funcionar. Então, pediu a todos os gestores que vejam com muita atenção o que estão pactuando, a partir do momento que pactua, não é automático. Então, a ideia da criação desse grupo junto com COSEMS, equipe técnica da SUVISA e municípios, é para discutir quais serão os critérios para que o município a partir do momento que pactuou possa fazer uma nova pactuação, uma repactuação, inclusive com períodos estabelecidos para que todos saibam, e que na próxima CIB já possam ter uma resolução com esses critérios já estabelecidos.

**Dra. Jaqueline Rodrigues – Secretária Executiva COSEMS/GO**, disse que durante o GT foi sugerido técnicos de municípios para compor um grupo de trabalho e dois técnicos que estavam durante o GT se disponibilizaram, do município de Catalão a outra do município de Pontalina, então sugeriu também um outro município com porte maior que seria Anápolis, a Mirlene, para compor este grupo. Sugeriu que o encaminhamento é entrar em contato com os gestores, porque é o gestor que libera o técnico, e estando de acordo coloca as representações dos seguintes municípios e acha que não deve colocar nome mas sim o município.

### Item pactuado

## 5 – HOMOLOGAÇÕES:

**5.1 – Homologação dos 59 Municípios que pactuaram as ações de VISA. (Gerência de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Saúde – SUVISA)**

### Item Homologado

## 6 – INFORMES:

**6.1.1 – Ampliação da validade do medicamento Nilmatretevir/Ritonavir. (GERAF/SAIS/SES)**

**Dra. Viviane Troncha - GERAF/SPAIS**, disse que esse medicamento Nilmatretevir / Ritonavir com o nome comercial de Paxlovid, lembrando que no SUS não utiliza nome comercial, por isso é o nome da substância que o compõe. É disponibilizado pelo Ministério da Saúde por meio do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica. Esse medicamento veio para atender a demanda de pacientes com COVID que não estejam utilizando suporte de oxigênio, para pacientes imunocomprometidos e para idosos acima de 65 anos. Receberam no ano passado, foi pactuado a distribuição na CIB e



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

distribuíram para os municípios. Foi observado que a Regional Sudoeste I, Sudoeste II e o município de Goiânia são os locais onde está tendo muita prescrição desse medicamento. Sempre receberam da equipe da Vigilância em Saúde o número de pacientes que são de notificações COVID, para terem uma noção do quantitativo a ser solicitado para o Ministério. Considerou importante, futuramente capacitar novamente a equipe para prescrever esse medicamento. Como ele veio com a validade para fevereiro, o Ministério solicitou a ANVISA a prorrogação desse prazo de validade, e a mesma prorrogou o prazo de validade por meio do Ofício número 24 de 2023. As informações e prazo prorrogado estará acessível através de um código QR Code na caixa do medicamento. Solicitou que incentivem a equipe, os médicos, para melhor assistência aos pacientes, principalmente, aos idosos de 65 anos. Disse que estão monitorando os pacientes que receberam o medicamento e não houve nenhum efeito adverso.

### 6.1.2 – Orientações sobre as inserções das solicitações ambulatoriais do SERVIR. (SCRS/SES)

**Dr. Luciano de Moura – Superintendente Regulação/SES**, disse que o primeiro ponto é que as inserções sejam feitas de uma forma correta, com todas as informações definidas em protocolo. Este protocolo de regulação está definido no site da SES. Que a Regulação tem tido muitas dificuldades na hora da liberação da vaga, na hora da liberação da consulta, na hora da avaliação médica, justamente porque estes dados estão sendo inseridos de forma incompleta. Mais do que isso é importante a segurança da informação do paciente, da segurança dos acessos que são fornecidos. Lembrou a todos das operações policiais que foram feitas, com pessoas que foram presas porque estavam fazendo o mau uso dessas informações, informações da regulação, pessoas vendendo vagas das cirurgias eletivas que foram penalizadas e estão respondendo a processos judiciais. Fez um alerta justamente sobre as senhas de acesso de cirurgias eletivas. No projeto foram criadas senhas individuais para o gestor e que este fique atento para quem repassar a senha, não solta o projeto de cirurgias eletivas; imagina um acesso caindo em mãos erradas, com inserções de pacientes que estão fora da fila ou, eventualmente, até no sistema privado. Um alerta para isso. Lembrou que tiveram, no Sistema de Regulação, pessoas que estavam com acesso em 30 municípios, 40 municípios, esta situação é muito séria, de responsabilidade do gestor, no momento em que este assina o papel da solicitação. Fez o alerta para que cuidem dos seus acessos, vejam se não há servidores que já saíram do quadro de servidores e que continuam com estes acessos, que vejam também se não há servidores que estão com 30, 40 acessos solicitantes, porque isso dará problema e o gestor é responsabilizado, por ter assinado no papel da solicitação. São 246 municípios, sendo humanamente impossível a SES acompanhar quem é o município A ou B, quantos acessos têm. Isto é da responsabilidade do gestor e que este é o solicitante. Ressaltou que estão sendo feitas análises, filtros. Foi pedido recentemente, via regional, para todas as regionais, a planilha de todos os acessos, justamente para que confirmem isso e tomem cuidado com os acessos que estão disponibilizando para os seus usuários solicitantes. Inclusive no projeto, a título de informação, sabe que existem algumas situações em que o município tem empresas que o representam, que não entrará neste mérito. No projeto específico de cirurgias eletivas, foi enviado para o gestor o e-mail que o COSEMS repassou, a base de dados. Que está recebendo dúvidas de empresas terceirizadas sobre a fila de cirurgias eletivas do município. Que a resposta foi enviada somente para o e-mail do gestor, para garantir a segurança da informação.

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, comentou que vários gestores perguntaram em relação à inserção dos pacientes que já estão nas filas do Estado, na fila de Goiânia, na fila de Aparecida de Goiânia e de todas as outras. Falou que trata de um zelo a mais. Que, lógico, será feita uma higienização, mas para os gestores que já estão com estes pacientes lançados, é necessário fazer o relançamento, que precisa colocar no sistema recebido, por e-



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB**

mail. “É zelo”. “Muitas coisas podem ter sido perdidas ao longo do tempo, várias AIHs já estão com prestadores”. Orientou para que coloquem o paciente na fila, o que será trabalhoso. O sistema de Goiânia permite verificar se o paciente já foi avaliado ou não. Que é no SERVIR através do código do paciente, que todo paciente deverá ser lançado.

**Dr. Luciano de Moura – Superintendente Regulação/SES**, reforçou que o projeto é para paciente que tem a AIH emitida. É necessária que a fila seja higienizada.

**Dr. Sérgio Vencio – Secretário de Estado da Saúde**, reforçou a importância da transparência para o processo, a Gerência de Inteligência, as CEGES para serem usados de forma contínua.

**6.1.3 – Agenda do Planifica Goiás. (GERAP/SAIS/SES)**

**Item retirado de Pauta**

**6.2 – INFORMES COSEMS:**

**6.2.1 – COSEMS|GO realiza o III Congresso de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás, 3ª Mostra Goiana de Experiências Exitosas e Inovadoras do SUS e Prêmio COSEMS|GO de Boas Práticas do Gestor - Edição 2023, de 08 a 10 de março de 2023, no K Hotel, em Goiânia" (COSEMS)**

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, reforçou o convite para todos os colegas Secretários, técnicos de Secretarias Municipais de Saúde.

**Dra. Jaqueline Rodrigues – Secretária Executiva do COSEMS/GO**, reforçou a importância da oficina do Imuniza – SUS, na ocasião.

**6.4 – INFORMES SE/CIB:**

**6.4.1 – Municípios que apresentaram à Secretaria-Executiva da CIB ofícios e ordens de serviços para receberem 2ª e 3ª parcelas de CONSTRUÇÃO de Unidades Básicas de Saúde – UBS, conforme Portaria nº 340/2013, do Ministério da Saúde:**

<b>Nº E DATA OFÍCIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
Ofício nº 173, de 06 de dezembro de 2022	Santa Tereza de Goiás
Ofício nº 012, de 20 de janeiro de 2023	Formoso
Ofício nº 013, de 20 de janeiro de 2023	Formoso

**6.4.2 – Municípios que informaram à Secretaria-Executiva da CIB, por ofício, que instituiu o Programa Credenciamento de Equipes de Atenção Primária (eAP), Programa Academia da saúde, Equipes Saúde da Família (eSF), ACS, ACE, Saúde Bucal e Unidades Odontológicas Móveis,**



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

### COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

conforme Notas Técnica números 99 e 100/2019-CGFAP/DESF/SAPS/MS e nº 715/2021-CGFAP/DESF/SAPS/MS:

Nº E DATA OFÍCIO	MUNICÍPIO
Ofício nº 01/2023, de 02 de janeiro de 2023	Montividiu
Ofício nº 07/2023, de 26 de janeiro de 2023	Paraúna
Ofício nº 050/2023 SMS de 09 de janeiro de 2023	Flores de Goiás
Ofício nº 053/2023 SMS de 09 de janeiro de 2023	Flores de Goiás

#### 6.5 – INFORME CES/GO:

**6.5.1** – Divulgação da 10ª Conferência Estadual de Saúde de Goiás no âmbito municipal, regional e estadual. (CES)

**Dra. Paula Pereira dos Santos - SPAIS/SES**, reforçou junto aos municípios o prazo final para a realização das Conferências Municipais de Saúde que finalizam agora em março/2023 e as Conferências Regionais devem ser até o mês de maio/2023 e no mês de junho/2023 a Conferência Regional.

#### 7 – ENCERRAMENTO

**Dra. Verônica Savatin Wottrich – SMS de Senador Canedo/ Presidente do COSEMS/GO**, agradeceu a participação de todos e passou a palavra para o Dr. Sérgio.

**Dr. Sérgio Vencio – Secretário Estadual de Saúde/GO**, agradeceu a todos e encerrou a reunião.

Concluindo, nós: Cirlene Rosa da Silva, Gustavo Augusto Prado de Castro, Joelma Mendonça de Sousa, Leonardo Pereira Gomes, Lirce Lamounier, Loreta Marinho Queiroz Costa, Lucyana Oliveira Porto Silvério, Maria Lucia Carnellosso, Orcilene Neres Ferreira Barbosa e Marisa Aparecida de Souza e Silva, ouvimos a gravação da reunião e lavramos a presente Ata.

**A REUNIÃO FOI REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL**